

**1. PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO – TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS – ÁREAS PROTEGIDAS DE ÂMBITO NACIONAL (DECRETO-LEI Nº. 116/2019, DE 21 DE AGOSTO – NÃO ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2019 E PARA O ANO DE 2020:**

Submete-se proposta relativa ao processo de descentralização – transferência de competências – áreas protegidas de âmbito nacional (Decreto-Lei Nº. 116/2019, de 21 de agosto – não aceitação das competências para o ano de 2019 e para o ano de 2020, proposta que se anexa.

**PROCESSO DE DESCENTRALIZAÇÃO - TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS  
– ÁREAS PROTEGIDAS DE ÂMBITO NACIONAL (DECRETO-LEI N.º 116/2019, DE 21 DE  
AGOSTO) – NÃO ACEITAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA O ANO DE 2019 E  
PARA O ANO DE 2020**

No passado dia 17 de agosto entrou em vigor a Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que aprovou a Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais.

O art.º 4º desta Lei-quadro, sob a epígrafe Concretização da transferência das competências, determina, no seu nº 1, que *"A transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa."*

A Assembleia Municipal, em diversas sessões ocorridas neste ano de 2019, sob propostas da Câmara Municipal, tem vindo a deliberar a não aceitação das competências constantes dos diplomas setoriais publicados.

No dia 21 de agosto de 2019 foi publicado mais um diploma setorial, o Decreto-Lei n.º 116/2019, abrangendo as áreas protegidas de âmbito nacional.

Este diploma legal concretiza a transferência de competências para os órgãos municipais na gestão das áreas protegidas de âmbito nacional, através do exercício de funções de cogestão que aqui lhe são cometidas e a sua integração nos conselhos estratégicos das áreas protegidas, previstos no art.º 9º do Decreto-Lei n.º 42/2019 de 29 de março.

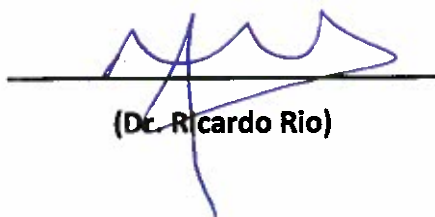
Assim, considerando que na presente data não se encontram reunidas as condições para ser tomada uma decisão de aceitação das novas competências já com efeitos em 2019



e também para o ano de 2020, propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à Assembleia Municipal que o Município de Braga **não pretende a transferência, no ano de 2019 e no ano de 2020**, das competências previstas no **Decreto-Lei nº 116/2019**.

**Braga, 10 de setembro de 2019**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGA,**



(Dr. Ricardo Rio)